


Representações sócio-históricas da alteridade em escritos corográficos do século XIX

Socio-historical representations of otherness in nineteenth-century chorographic writings

Israel da Silva Aquino

 <https://orcid.org/0000-0001-5123-5377>
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo: O início do século XIX foi marcado por uma proliferação de escritos de caráter 'histórico' no Brasil, cuja produção foi essencialmente marcada pela diversidade de formatos textuais, incluindo gêneros tais como memórias, relatos de viagem, corografias, anais, entre outros. Este artigo busca apresentar algumas considerações a respeito das representações sócio-históricas das gentes e do espaço da província do Rio Grande de São Pedro presentes em duas dessas obras, a saber, a “Corografia Brazílica” de Manoel Aires de Casal, e os “Annaes da Província de São Pedro” de José Fernandes Pinheiro, ambas publicadas na segunda década do século XIX. Procuramos demonstrar de que maneira estas obras – e seus autores – lidavam com concepções a respeito da alteridade socioespacial representada em suas páginas, ao mesmo tempo em que buscavam construir um discurso de legitimidade política do Império Português (e, depois, brasileiro) sobre o território do Brasil. Nossas primeiras impressões apontam que as obras estudadas se caracterizaram por buscar construir uma ideia de unidade territorial, contribuindo para uma narrativa que visava legitimar a posse do território do Continente, e fazendo assim um contraponto tanto às pretensões dos espanhóis como aos direitos das populações ameríndias que ocupavam originalmente a região. Além disso, foi possível identificar uma diferença sensível na forma como seus autores construíram representações em seus discursos, variando entre uma expressão de familiaridade quando tratavam da descrição do espaço a uma negação da alteridade quando tratavam de apresentar as gentes que disputavam seu domínio.

Palavras-chave: Escritos Corográficos. Produção sócio-histórica do espaço. Representações da Alteridade. Província do Rio Grande de São Pedro.

Abstract: The beginning of the 19th century was marked by a proliferation of ‘historical’ writings in Brazil, whose production was essentially marked by the diversity of textual formats, including genres such as memories, travel reports, chorographies, annals, among others. This article seeks to present some considerations about the socio-historical representations of the people and space of the province of Rio Grande de São Pedro present in two of these works, the “Corografia Brazílica” writing by Manoel Aires de Casal, and the “Annaes da Província de São Pedro” writing by José Fernandes Pinheiro, both published in the second decade of the 19th century. We seek to demonstrate how these works – and their authors – dealt with conceptions about the socio-spatial otherness represented in their pages, while tried to build a discourse of political legitimacy of the Portuguese Empire (and later Brazilian) on the territory of Brazil. Our first impressions point out that the works studied were characterized by seeking to build an idea of territorial unity, contributing to a narrative that aimed to legitimize the possession of the territory of the Continente, and thus making a counterpoint both to the pretensions of the Spanish people and to the rights of the Amerindian populations that originally occupied the region. In addition, it was possible to identify a significant difference in the way in which their authors constructed representations in their speeches, ranging from an expression of familiarity when dealing with the description of space to a denial of otherness when trying to present the people who disputed their domain.

Keywords: Chorographic Writings. Socio-historical production of space. Representations of Otherness. Rio Grande de São Pedro Province.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Este trabalho, fruto de uma pesquisa de doutoramento em curso¹, tem por objetivo apresentar algumas considerações iniciais a respeito das representações da sociedade e do espaço da província do Rio Grande de São Pedro nas obras *Corografia Brazílica* (1817) e *Annaes da Província de São Pedro* (1819), buscando evidenciar as formas através das quais tais obras manejavam concepções a respeito de uma alteridade socioespacial, enquanto buscavam construir um discurso de legitimidade política do Império Português (e, depois, brasileiro) sobre o território nelas apresentado. Desta forma, o texto pretende examinar a representação que os autores destas obras construíram a respeito do espaço social e geográfico da referida província, buscando refletir sobre as motivações e propósitos que os levaram a distinguir determinadas características da formação do Continente, como a região era então chamada, em detrimento de certos apagamentos percebidos em seus escritos.

Para tanto, optou-se por uma organização onde o artigo foi dividido em quatro seções: na primeira parte, realizo uma breve apresentação das obras selecionadas e de seus autores, buscando contextualizar o cenário e o momento em que foram produzidas. Nas duas seções seguintes, me dedico a analisar as representações do espaço e da sociedade sul-rio-grandense nos dois volumes, buscando dialogar com trabalhos que permitam perceber como se deu a construção e representação da alteridade nestes escritos, em especial o trabalho do historiador François Hartog, que tomo aqui como principal referencial. Finalmente, na última parte, procuro realizar um breve balanço sobre os tópicos abordados, à guisa de conclusão.

Breve apresentação das obras e seus autores

O início do século XIX é marcado pela multiplicação de escritos sobre a história e a formação do Brasil, estando este movimento essencialmente ligado à ampliação do espaço público, às grandes transformações sociais e à emergência de novos sujeitos políticos no período. Essa produção foi essencialmente marcada pela diversidade, apresentando-se em diferentes formatos textuais, e da mesma forma as motivações para essa diversidade de escritos poderiam também variar, podendo estas obras se originarem de relatos de viagens, apresentarem histórias eclesiásticas ou, ainda, cumprirem funções de legitimação político-militar (ARAÚJO, 2009, p. 3). Outra característica foi a presença de variadas formas de escrita em uma mesma obra, que poderia transitar de uma História Natural ou descrição topográfica para um relato político-militar, por exemplo.

Conforme aponta Araújo (2009), essa variedade “talvez fosse a característica mais marcante da escrita da história nas primeiras décadas do século XIX no Brasil”, permitindo que cada autor adaptasse a forma da sua escrita ao conteúdo do que estava sendo narrado. Para organizar essa diversidade de escritos, Araújo propõe uma classificação que identifica duas tendências gerais para a organização do discurso sobre o passado, reunidas em tornos de dois projetos distintos: por um lado, a construção de uma História Geral, que seguia um modelo de escrita da História Clássica, onde eram retratados grandes eventos e ilustres figuras políticas, se apresentando geralmente no formato de memórias, anais, relatos militares, crônicas, biografias, dentre outros; enquanto, por outro, emergia um projeto de escrita de uma História Natural, que buscava dar conta de uma descrição do mundo, do espaço, da natureza, mas também dos costumes e tradições, se apresentando especialmente no formato de corografias, efemérides, ensaios, compêndios, relatos de viagem e memórias científicas (2009, p. 3-5). Araújo aponta, ainda, que essas diferentes obras de natureza “histórica” ou “histórica-geográfica” produzidas no período poderiam, grosso modo, responder a algumas características mais gerais que orientavam estes dois projetos: enquanto a produção de uma História Geral e Política mostrava-se orientada pela observação de um “decoro moral, retórico e literário”, e obedecendo a uma estrutura predominantemente narrativa e orientada

¹ Agradeço ao Prof. Dr. Valdeci Lopes Araújo pelos comentários e contribuições para a elaboração deste texto.

cronologicamente, a História Natural seguia uma orientação mais descritiva, buscando apresentar uma sistematização do conhecimento disponível e adotando uma configuração que se aproximava do modelo enciclopédico (2009, p. 5).

Outra característica desse modelo de História Natural estava relacionada a uma prática compilatória, herdeira de um modelo de História Universal que atendia a certas demandas por uma democratização do conhecimento, proporcionando “concretude e realidade à experiência moderna da história como um singular coletivo” (ARAÚJO, 2015, p. 370). Desta forma, o trabalho de compilação reunia um conjunto de procedimentos de seleção, tradução e crítica de materiais diversos, resultando em obras que poderiam reunir, em um único volume, um caleidoscópio de memórias, testemunhos, descrições de acontecimentos ou lugares, mas também transcrições de documentos e obras diversas, em uma tentativa de sistematização e totalização do conhecimento.

Nesse contexto, a corografia, um gênero originalmente ligado à área da Geografia, foi um formato bastante difundido na época, sendo especialmente popular graças ao seu caráter prático e a possibilidade de dar a conhecer os amplos domínios do império, o que a tornava especialmente importante para fins militares. Esta poderia ser entendida, em linhas gerais, como uma descrição de um território ou região, ou ainda, conforme aponta Ruy Moreira, como um estágio taxonômico e descritivo da geografia, consistindo em uma operação que permitia organizar a representação da superfície terrestre numa ordem de classificação sistemática e descritiva (MOREIRA, 2008, p. 13).

Por outro lado, segundo Medeiros e Araújo, o gênero corográfico seria bastante antigo, sendo sua prática associada à historiografia antiquária e erudita, sendo possível já em dicionários do período moderno encontrar definições que a apontavam como uma subdivisão da Geografia, caracterizando-se como uma “descrição de alguma região que [tivesse] uma extensão maior” (MEDEIROS; ARAÚJO, 2007, p. 24). Segundo os autores, as configurações territoriais do Brasil tornariam esse gênero de escrita particularmente interessante para ser aplicado à nossa realidade:

No Brasil, a forma corográfica ofereceu a possibilidade de enfrentar a dispersão real e simbólica do território. Na impossibilidade de totalizar a experiência da América portuguesa em torno de imagens gerais efetivas, utilizava-se de um formato literário onde a fragmentação e a inconclusividade eram regras. A corografia associou-se ao memorialismo para a produção de conhecimento orientado pela metáfora do mosaico. Assim como a experiência do passado se apresentava como a de um conjunto variado de histórias, também o espaço poderia ser descrito a partir de certas unidades autônomas, sem que as diversas lacunas no conhecimento oferecessem um obstáculo intransponível para o relato. O gênero adaptou-se muito facilmente à concepção de território aberto.

No caso da Corografia Brazílica, esta tratou-se da primeira obra do gênero a ser impressa no Brasil, constituindo-se em uma publicação em dois volumes que apresentava uma extensa descrição de todo o território luso-brasileiro, a partir de uma divisão por províncias que tomou por base para sua organização as bacias hidrográficas de cada região. Caio Prado Júnior observa que Aires de Casal realizou, na verdade, um trabalho de compilação, pois utilizava para o seu trabalho textos pré-existentes, omitindo-se na maioria das vezes de emitir quaisquer juízos sobre estes, fato que levou Prado Júnior, inclusive, a fazer uma crítica contundente ao trabalho de Aires de Casal, ao qual acusa de “[Ignorar] as noções científicas mais elementares de seu tempo” (PRADO JR., 1955, p. 53).

Mas considerar o autor como um produto de seu tempo talvez seja o primeiro passo para entender tanto suas motivações como suas limitações. Manoel Aires de Casal (1754-1821) foi um religioso português que, para além do sacerdócio, dedicou-se ao estudo da História e da Geografia (ou aquilo que poderia ser entendido como História e Geografia em princípios do século XIX). Ao que tudo indica, produziu sua principal obra a partir de suas leituras, sem ter efetivamente recorrido os extensos territórios descritos na Corografia. Mais que isso, produziu uma obra que (assim como outras da época) buscava mostrar o Brasil como um patrimônio a ser inventariado, uma coleção de bens e riquezas pertencentes à Coroa Portuguesa. Assim, a Corografia parece objetivar, em parte,

cumprir uma função de legitimação da posse do território pela Coroa, destinando-se a um papel de afirmação política (vale recordar a ligação entre Aires de Casal e a corte portuguesa, chegando este a retornar a Portugal em 1821, junto com a família real). Desta forma, a Corografia de Aires de Casal foi produzida, principalmente, a partir de escritos de outros autores, incluindo o poema épico Caramuru, do frei Santa Rita Durão, a partir do qual reproduz representações da fauna e flora brasileiras, e inclusive de “testemunhos” de escritores que nunca estiveram no Brasil, como os escritos de Jerônimo Osório (PRADO JÚNIOR, 1955, p. 53).

A segunda obra a ser analisada são os Annaes da Capitania de São Pedro, de José Feliciano Fernandes Pinheiro (1774-1847), militar e magistrado atuante no sul do Brasil durante a primeira metade do século XIX, que viria a assumir o título de Visconde de São Leopoldo, além de ter sido o primeiro presidente do IHGB. Ao contrário do caráter amplo da Corografia Brazílica, Pinheiro busca tratar de uma unidade de uma totalidade mais ampla, tendo sua obra uma dimensão regionalizada. Entre outras funções, Fernandes Pinheiro exerceu, a partir de 1800, a função de Juiz da Alfândega das Capitanias de Santa Catarina e São Pedro do Rio Grande do Sul, tomando parte na campanha comandada por D. Diogo de Souza contra a sublevação da Cisplatina. Segundo Eduardo Duarte (1947) foi a partir dessa campanha que Pinheiro teria reunido o material para a produção de seus Annaes.

A realidade, no entanto, pode ter sido um pouco diferente, considerando que o próprio autor aponta em sua obra que a mesma se tratava de um texto “coligido de vários autores” (PINHEIRO, 1819). Nesse caso, nem o compilador nem seus editores demonstraram qualquer preocupação em indicar claramente a fonte dos textos, sendo que os Annaes possivelmente se constituíram, também, como uma mescla de memórias e de reproduções de outros escritos de autoria incerta.

Segundo Kuhn, a obra de Fernandes Pinheiro é considerada como a primeira “história” do Rio Grande do Sul (conhecido, no período, como Província do Rio Grande de São Pedro ou, simplesmente, “o Continente”), não obstante a anterioridade do trabalho de Domingos José Marques Fernandes². A primeira versão da obra, conforme Kuhn, sofreria intensa desaprovação, especialmente de parte de políticos como Antônio José Gonçalves Chaves, que lançou “duras críticas à visão detratora do sul-riograndense que emanava de algumas passagens” dos Annaes, levando a uma revisão dos mesmos nas edições lançadas posteriormente (KUHN, 2009, s.p.). Outra característica marcante é a visão negativa de seu autor em relação aos indígenas, que são em geral detratados como bárbaros. Esta característica parecia servir como um contraponto à valorização da colonização europeia da região, e acabou ficando evidente até mesmo na descrição geográfica da província que o autor busca realizar em uma das sessões de seu trabalho, tema do qual passamos a tratar.

“Descrições Topográficas”: a representação do território nos Annaes e na Corografia

Considerando que os Annaes de Fernandes Pinheiro foram uma obra com um recorte temático mais centrado no Rio Grande de São Pedro, que será também o foco deste texto, proponho começar esta análise por estes. O capítulo I desta obra é dedicado à descrição topográfica e do clima da província, embora avance sobre outros tópicos ao longo de suas páginas, incluindo algumas referências sobre a “descoberta” e povoação da mesma, e um breve relato a respeito das populações indígenas presentes na região. É sobre este capítulo que nossa análise será centrada.

As primeiras páginas do texto são dedicadas a uma descrição extensa da topografia e hidrografia do Rio Grande, com uma preocupação de Fernandes Pinheiro em detalhar suas principais serras, rios e lagoas. O autor apresenta ao longo do texto algumas referências a respeito das coordenadas (latitude e longitude) que demarcavam os limites do território naquele momento,

² Trata-se da “Descrição corográfica, política, civil e militar da Capitania do Rio Grande de São Pedro”, publicada em 1804, que Kuhn indica ter se aproximado muito mais dos relatos de militares e burocratas portugueses do final do século XVIII do que de uma narrativa histórica propriamente dita (KUHN, 2009, s.p.).

embora não fique claro (considerando o que expomos na seção anterior) se estas medições foram levantadas em suas viagens ou se foram retiradas de outros autores. Na altura da página 24, Pinheiro esboça uma descrição da paisagem e clima locais que bem poderia ter sido tomada de empréstimo de alguma novela do período romântico:

Esta Capitania, por qualquer lado que se olhe, he huma das mais bellas de todo o Brazil; seu clima he geralmente agradável e tão excelente, como bem se póde avaliar, pela variedade e exuberancia das suas producções; puros ares, que dão saude; muitos rios perennaes, duas grandes Lagoas a humedecem; na parte superior densas e sombrias florestas, tem larguíssimas Campinas, que se tapizão de mui graciosas pastagens; (...) abunda em fructos, e depara deleitoso entretenimento em pescarias, veação, e passarinhagem; e para dar ainda idéa mais exacta do seu temperamento, segundo as observações meteorologicas que fiz na Capital, no verão o calor chegou a 87° e a 88° do Thermometro de Fahrenheit, e no inverno, quando sopra o Oeste, tem marcado 44° e 40°³ no mesmo Thermometro (...) (PINHEIRO, 1819, p. 24-25)

Nesta mesma toada, o autor chega a comparar as duas principais lagoas da província – a Laguna dos Patos e a Lagoa Mirim – a “dous Mediterraneos”, exaltando suas potencialidades para a navegação e o comércio, que poderiam levar a província a alcançar a potência de um “Egipto ou [de uma] China” (p. 24). Esta parecia, aliás, uma preocupação recorrente dos escritos do período, ganhando destaque nas páginas de autores como Fernandes Pinheiro e Aires de Casal: a descrição da hidrografia dos territórios conquistados, com a distinção dos rios navegáveis e seus afluentes, sua extensão e calado. As duas principais lagoas da província, nesse sentido, aparecem referidas com frequência nos textos dos dois autores. Poder-se-ia presumir que esta preocupação estivesse ligada à tradição naval portuguesa, além do que o meio fluvial e marítimo, à época, constituía a principal via de escoamento da produção econômica do império.

A leitura destes excertos nos permite observar como o esforço descritivo do autor é acompanhado por dois movimentos simultâneos: ao mesmo tempo que tenta dar a conhecer aos seus leitores uma imagem que se propõe fidedigna da paisagem descrita, Fernandes Pinheiro opera uma aproximação entre a realidade ora apresentada e uma outra que lhe é conhecida, ou seja, busca equiparar as paisagens do Rio Grande aos cenários do Velho Mundo, indicando familiaridade e produzindo uma aproximação de si e de seus leitores com aquele território, quase como se fosse um reencontro com as campinas da Europa ou as águas do Mediterrâneo. Chama atenção o fato de como a representação deste território conduz a uma sensação de continuidade, de naturalidade, em franca oposição à produção da alteridade que se opera na descrição das gentes que aí habitam, como se verá adiante.

A descrição da província de São Pedro na Corografia de Aires de Casal, por seu turno, segue um traçado semelhante, com destaque para as particularidades de seu relevo e hidrografia, por exemplo. Interessante notar que as coordenadas que os dois autores indicam para os limites norte e sul da província apresentam discrepância: enquanto Aires de Casal aponta que a província jaz entre “os vinte’oito, e os trinta e cinco gráus de latitude austral”, Fernandes Pinheiro delimita o limite sul da província aos “33° exactos”. Isso ocorreu devido a Aires de Casal considerar, naquele momento, a Cisplatina como parte integrante da província de São Pedro, indicando seu limite sul no “golfo chamado Rio da Prata” (1817, p. 118).

A descrição da Corografia segue lógica semelhante à de um inventário, como antecipamos. São listados os rios, as lagoas, as serras, anotadas observações sobre o clima, listadas as principais espécies da fauna, listados algumas qualidades de madeiras e minérios que poderiam ser explorados, indicados os melhores meses para plantio e as principais culturas que ali se desenvolviam. Aires de Casal também elogia a aptidão da província para a atividade agropastoril, embora reclame da qualidade do vinho (teria ele o provado ou esta seria também uma anotação tomada de empréstimo de outrem?). A Corografia cumpre, enfim, a função de catalogar os recursos

³ Considerando uma conversão direta, as temperaturas medidas por Pinheiro estariam em intervalo entre 4° e 31° Celsius.

e potencialidades da província, como um inventário das posses e bens da Coroa.

A Corografia traz, ainda, alguns dados a respeito da ocupação econômica do território, lamentavelmente sem citar nenhuma fonte para esses dados. Segundo Aires de Casal,

Em oitocentos e dois ainda não havia entre os vassallos (...) senão quinhentos trinta e nove proprietários de terrenos demarcados judicialmente, entre criadores de gado denominados Fazendeiros, e Lavradores, que só criam o necessário para o seu serviço, e gasto. Huns e outros possuem ordinariamente duas leguas quadradas; mas os da primeira ordem tem oito, e dez, e alguns ainda mais. (AIRES DE CASAL, 1817, p. 143)

Em que pese o desinteresse de Aires de Casal em apontar a fonte de seus apontamentos, vale notar que a descrição produzida pelo autor ignora amplamente, por exemplo, a política do governo local de distribuição de terras, especialmente àquela levada a cabo a partir da mobilização de colonos das ilhas atlânticas para o povoamento do Continente, que levou ainda no século XVIII à concessão de elevado número de cartas de data e “despachos” do governo local, em uma política de concessões que fomentou a formação de pequenas propriedades fundiárias, especialmente nas regiões de fronteira com os domínios espanhóis (OSÓRIO, 2007, p. 89-91). Talvez seja possível supor que o autor tenha optado por se ater, em seu relato, às sesmarias devidamente demarcadas na província àquela altura, as quais eram realmente poucas, chegando assim neste número de 539 proprietários; ainda assim, é notório o fato da Corografia ignorar em ampla medida as políticas de ocupação territorial adotadas pelo império, àquela altura já bastante conhecidas.

Consoante outros textos do período, Aires de Casal não se limita à descrição geográfica do Rio Grande, e avança para um resumo da história de sua ocupação, cujos créditos são atribuídos aos “*vicentistas*”, leia-se as famílias da região de Laguna que iniciaram a povoação dos campos de Viamão em meados do século XVIII (AIRES DE CASAL, 1817, p. 118). Fernandes Pinheiro apresenta descrição semelhante, também fazendo menção às expedições enviadas pelo capitão-mor de Laguna, Francisco de Brito Peixoto, em princípios do século XVIII, e apontando estas iniciativas como a “ocupação original” da Capitania (PINHEIRO, 1819, p. 25-26). Note-se que tal pretensão ignora – de forma intencional – a ocupação anterior promovida pelos jesuítas espanhóis na região das missões guaraníticas, então já incorporadas ao Continente, bem como as frequentes missões enviadas pelos padres à parte oriental do território, notadamente aos campos do Viamão e das Vacarias. Pinheiro chega a mencionar estas incursões em seu texto, informando que as mesmas teriam sido desautorizadas pela autoridade portuguesa em Laguna, que teria então ordenado que “se abstivessem não só de allí erigir Povoações, mas até de os devassar pelos seus emissários” (PINHEIRO, 1819, p. 26).

Entendemos que esse resgate “histórico” da conquista e ocupação do espaço físico que viria a corresponder à área da província de São Pedro correspondia a parte importante do processo de representação do território sulista por estes dois autores, posto que respondia a uma necessidade de legitimar a posse desta terra pela Coroa Portuguesa. Desta forma, poderíamos propor como hipótese a ideia de que a própria escolha do estilo corográfico não era impensada, mas respondia a um propósito em comum, qual seja, o de validar a soberania do Império Português sobre um território objeto de disputas com os espanhóis por mais de um século. Assim, mais do que inventariar as posses de Sua Majestade, a combinação de elementos históricos e geográficos característica da Corografia cumpriria, também, um objetivo político.

A leitura dos textos, além disso, remete a identificação de um exercício intelectual que busca construir a ideia de uma “fronteira natural” – especialmente no caso de Aires de Casal –, filiando-se a uma concepção teórica que buscava evidenciar nos acidentes geográficos e elementos da natureza (rios, serras etc.) um limite orgânico, instintivo, entre os dois impérios. Tal proposta já havia sido identificada (e criticada) por Caio Prado Jr. em sua análise da Corografia Brasileira:

Podemos, contudo, à sua revelia, completar-lhe o pensamento, e precisar o que estava na sua

mente. A delimitação que faz inspira-se visivelmente numa velha preocupação de fronteiras “naturais”, isto é, fixadas por acidentes geográficos marcantes. Em particular, os cursos d’água foram sempre considerados como ideais, pois desenham na carta uma linha contínua e bem sensível. Apesar do desmentido constante que os fatos sempre deram a esta concepção puramente teórica, irreal e abstrata, ela exerceu no passado grande atrativo sobre os geógrafos, e ainda hoje não é de desprezar. É mais um dos resultados deste modo formal do pensamento, tão do sabor de certas filosofias e concepção das coisas, que procuram transpor para o mundo objetivo as ficções e categorias do nosso espírito. (PRADO JÚNIOR, 1955, p. 58)

O comentário de Prado Jr. coloca em evidência, assim, outro elemento a respeito do que notamos mais cedo: a importância concedida à descrição da hidrografia da capitania nos textos de Aires de Casal e Fernandes Pinheiro poderia responder, também, a uma função política, posto que estes elementos da paisagem – rios, lagoas e afluentes – poderiam cumprir o papel de demarcar fronteiras e contribuir para a legitimação de um país imaginado, legítimo e soberano, e portanto distinto dos domínios espanhóis na região. A esse respeito, a leitura dos demais capítulos da Corografia permite perceber uma clara alusão à mitológica “Ilha Brasilis”⁴, à medida que Aires de Casal propõe como limites “naturais” do império uma imaginária ligação entre as bacias dos rios Paraguai e Prata, ao sul, com a bacia hidrográfica do Amazonas, na região norte das possessões lusas.

A leitura da crítica (ou pra ser mais justo, do elogio) escrita por Pantoja, Pontes e Vianna para a segunda edição dos Annaes de Fernandes Pinheiro, publicada em 1839, pode nos trazer também pistas a respeito dos objetivos políticos (mal) disfarçados no texto produzido pelo então presidente do IHGB:

Na introdução dos Annaes, vê se, que se ainda hoje os limites do império do Brazil tivessem de demarcar-se, não por tratados posteriores, mas pelo direito da primeira ocupação, a margem septentrional do Rio da Prata faria ainda hoje parte do nosso território: e a comissão aproveita a oportunidade, que neste lugar se lhe oferece para notar, que nos Annaes da provincia do Rio Grande do Sul não se encontram sómente assignalados os feitos honrosos de nossos passados, ou de nossos contemporaneos naquela provincia, mas que ali se acham também consignados os argumentos, e as provas de nosso indubitavel direito ácerca das divisas do imperio pelo lado do sul. (PANTOJA et. al., 1839, p. 256)

Note-se que, na altura em que Pantoja e seus companheiros escreviam este comentário ao texto de seu colega de Instituto, os tempos eram outros, e os atores políticos também: Brasil e Uruguai já eram, então, duas nações independentes dos domínios ibéricos, embora seja possível notar a permanência de certas pretensões territoriais que são traídas pelo discurso do “direito” ao território situado ao norte do estuário do Prata. Tais permanências, mesmo passados 14 anos da independência do Uruguai e 11 anos do reconhecimento desta pelo Império Brasileiro, reforçam a ideia de que o uso da História nos escritos do período estava submetido, entre outros, a uma lógica de legitimação política que buscava atestar o domínio legal das terras sulistas pelas coroas portuguesa e, mais tarde, brasileira.

Mas não eram apenas os espanhóis que disputavam a posse *de facto* deste território: a ocupação do Rio Grande de São Pedro pelos súditos da coroa lusitana se deu, também, através do enfrentamento com as populações ameríndias que habitavam originalmente esta região, e esta disputa é um elemento que também aparece centralmente nos dois textos analisados aqui, ora evidenciada em comentários dos seus autores, ora silenciada em apagamentos que tem muito a dizer. Assim, buscamos analisar em nossa próxima seção a representação destas gentes e das dinâmicas e enfrentamentos que se estabeleceram entre elas.

⁴ Ilha mitológica presente na cartografia medieval europeia, comumente indicando a presença de terras afortunadas sitas a oeste do continente europeu.

O Rio Grande e suas gentes: representações de alteridades nas obras de Casal e Pinheiro

Ao longo do primeiro capítulo dos seus *Annaes*, Fernandes Pinheiro não se limita a uma descrição das características geográficas da província; ou, antes, procura construir essa descrição em relação a um resgate histórico e social que, conforme apontamos, busca afirmar um discurso de legitimidade da colonização portuguesa da região. Podemos notar no capítulo analisado da Corografia de Aires de Casal uma operação semelhante. Por essa razão, em determinada altura os textos assumem um caráter que se afasta da mera descrição topográfica e avança para algo que aqui vamos chamar – com as devidas ressalvas – de uma “operação historiográfica de alteridade”.

François Hartog, em texto já clássico, busca discutir as regras através das quais se opera a fabricação do outro, descrevendo essa retórica da alteridade como uma “operação de tradução” que visa transportar o outro ao mesmo (HARTOG, 1999, p. 229). De acordo com o autor, esse processo se faria operar através de três operações básicas: a primeira seria a inversão – na qual a alteridade é simplificada na figura do “antipróprio”, onde o outro deixa existir, restando apenas o agente e o inverso dele. As outras duas operações seriam a analogia e a comparação, onde vemos operar uma aproximação entre os dois mundos, possibilitando a leitura do outro “filtrado” pelo agente (HARTOG, 1999, p. 240). Disso decorre o que Hartog chama de “problema de tradução”, ou seja, um conjunto de regras através das quais a construção do “outro” é realizada, a fim de torná-lo inteligível para o mundo do “mesmo” (no nosso caso, o mundo português, ou luso-brasileiro).

Nos textos analisados aqui, buscou-se observar essas operações a partir da oposição realizada pelos autores entre povos europeus – portugueses e espanhóis, que à época disputavam a legitimidade política pela posse das terras do Rio Grande⁵ – e as populações ameríndias, que durante todo o processo de colonização do Continente se colocaram enquanto concorrentes pela posse *efetiva* do território, variando entre políticas de aliança ou enfrentamento com uma e outra Coroa.

O que percebemos na construção argumentativa que os *Annaes* de Fernandes Pinheiro buscam produzir é justamente uma operação de alteridade, onde a legitimidade da ocupação do território do Rio Grande se dá em detrimento destas populações. Mas essa operação, é importante que se diga, não se dá de maneira equânime, justamente pelo fato de o autor projetar em cada uma das “gentes” representadas em sua obra uma imagem diferenciada. Assim, em linhas gerais, poderíamos argumentar, parafraseando Hartog, que enquanto Pinheiro descreve a disputa com os espanhóis a partir de uma analogia ou comparação – posto que está tratando de outro povo europeu, ibérico, cristão e *branco* –, o mesmo resvala para uma inversão de identidade quando trata das populações indígenas, que são mormente tratadas de forma bastante negativa – assumindo, por vezes, a figura do “antipróprio”, ou seja, de bárbaros⁶.

Antes porém de passar adiante, releva que demos huma noção succinta das duás principaes Nações indigenas, Tapes e Minuanos. Além dos caracteres geraes, com que os Naturalistas distinguem esta variedade da especie humana, o Índio Tape he de estatura mediana, mais cruel e intratavel que o Minuano. (...) He preciso não medir suas idéas religiosas pelo que hoje observamos, depois de tão longa e frequente comunicação com as duas Nações Europeas circumvisinhas (...) tinham ellas noções confusas da Divindade, respeitando huma Intelligencia Superior a que chamão – Tupá -, sem forma alguma de culto. (...) Os Tupis, conhecidos

⁵ Cabe aqui a ressalva de que, no momento da publicação dos *Annaes*, a província da Cisplatina já havia escapado dos domínios espanhóis e, na verdade, buscava sua independência frente ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, e posteriormente frente ao Reino do Brasil. Contudo, o resgate histórico que Pinheiro busca produzir neste primeiro capítulo remete, em boa parte, aos enfrentamentos entre os exércitos portugueses e espanhóis ainda no século XVIII, e é neste período que centramos nossa discussão.

⁶ Recuperamos, aqui, o conceito de bárbaro conforme este estava inserido na lógica das teorias evolucionistas e etapistas que se tornaram populares desde o século XVIII; mas, ao mesmo tempo, também no sentido adotado pela retórica civilizatória europeia, ou seja, no sentido daqueles povos que se recusavam a se submeter à Conquista (MALDI, 1997, p. 199). Nesse sentido, a figura do selvagem seria contraposta a ideia ocidental moderna de civilização, compartilhada pelos colonizadores.

geralmente aqui pelo apelido de Bugres, vivem na Serra geral que corta esta Capitania, e nas suas descidas e incursões subitas são crueis, matão, queimão, e assolão quanto achão. (PINHEIRO, 1819, p. 31-33)

Aqui, a figura dos indígenas, sobretudo aqueles que Pinheiro denomina “Tapes” e “Tupis”, recupera, em linhas gerais, noções que Hartog identifica na obra de Heródoto, remetendo as populações ameríndias à figura do “bárbaro”: cruel, bestial, feroz. Por dedução, poderíamos supor que os europeus que aqui chegaram, e tanto sofreram nas mãos destes índios “maus” deveriam apresentar um comportamento distinto, civilizado, gentil, enfim, um comportamento antagônico àquele projetado na imagem do outro. Ou, para deixar de lado a ironia, podemos conjecturar que esta era uma visão de mundo que fazia sentido para Fernandes Pinheiro, e provavelmente para muitos de seus contemporâneos.

Se olharmos para os escritos de Aires de Casal, poderemos identificar operações que guardam semelhança com os Annaes de Fernandes Pinheiro⁷, embora as primeiras menções às populações ameríndias na Corografia ofereçam um contexto ambíguo, um não dizer que, a bem da verdade, diz muita coisa:

Nos principios do seculo dezasete, ou fins do precedente mudaram alguns Vicentistas seus estabelecimentos para as vizanhanças da lagoa dos patos; e seus descendentes foram-se estendendo para o Sul, e Poente, à proporção que os Indigenas lhes largavam o terreno. (...) como as terras estavam devolutas, estes povoadores foram sempre considerados como povos daquellas capitancias. (AIRES DE CASAL, 1817, p. 118)

A construção de uma negação da alteridade (e de direitos) é realizada na obra da Corografia, num primeiro momento, através de um exercício de apagamento. Ao apontar que às terras do Continente encontravam-se “devolutas” e que os indígenas iam “largando terreno”, Aires de Casal insinua que a ocupação da terra pelos europeus se deu sem resistência, sendo os colonos naturalmente considerados como “povos daquellas capitancias”. Apenas ao abordar os combates ocorridos nas Missões Jesuíticas em meados do século XVIII, por outro lado, é que o autor remete a um padrão de enfrentamento.

Os commissarios enviados por uma, e outra Coroa para demarcar a Raia em mil setecentos cincoenta e dois chegando à nascença do Rio-Negro forem obrigados a voltar; porque os Indios das mencionadas Missões, não consentindo na troca por sugestão dos Jezuitas, se lhes oppuzeram armados, e impediram a continuação da marcha. A vista do que determinaram os dois Soberanos obrigar os Indios á obediencia por meio das armas. Com este fim marchou Gomes Freyre d’Andrade, governador do R. de Janeiro com mil e tantos homens de tropa, e D. Jozé Andonaighi, Conde de Valdelirios, governador de B. A. com tropas dobradas. (AIRES DE CASAL, 1817, p. 122)

Podemos perceber que o trecho acima muda a tônica em relação à passagem anterior. Aqui os indígenas aparecem como fonte de resistência à ocupação europeia do Continente, mas o texto em si não trai (ainda) uma negação do outro, não apresenta a figura de um inimigo irreconciliável; pois o que vemos são os indígenas sendo influenciados, suggestionados pelos padres Jesuítas, oferecendo a partir de então a resistência ao processo de demarcação de terras. Se bem que, pela mesma leitura, vemos que é negada às populações ameríndias a agência de suas ações, aparecendo a sugestão de que os indígenas se moviam apenas por estímulo dos inácianos.

A leitura que a Corografia faz dos espanhóis é ainda mais estreita do que àquela que aparece nos Annaes, pois aqui Aires de Casal rememora um momento de aliança (enquanto Fernandes Pinheiro resgata em seus escritos diversos momentos de disputa entre portugueses e

⁷ Vale observar que minha análise da Corografia se limita ao capítulo que trata do Rio Grande de São Pedro, de modo que as menções realizadas por Aires de Casal a essas populações nos demais capítulos de sua extensa obra não serão abordadas aqui. A continuidade da pesquisa poderá aprofundar a análise de como estas populações foram doravante tratadas pelo autor.

espanhóis): ao marchar lado a lado contra um inimigo em comum, uma diferença que já não era necessariamente profunda é momentaneamente apagada, a ponto dos “dois Soberanos” atuarem em conjunto no enfrentamento da adversidade – pelo menos na descrição deste episódio.

É apenas mais adiante, na segunda parte do capítulo, que Aires de Casal retoma a questão das populações indígenas da província. E é aí que podemos ver com mais clareza como o autor estabelece sua condição em relação àquelas gentes, como enxerga esses “outros” em relação a si e aos seus: na altura da página 141, o autor descreve as “cinco nações” que, segundo ele, dominavam a região antes da ocupação europeia. O que chama atenção, de saída, é o título desta seção:

Zoologia. Cinco nações dominavam esta Provincia: os Patos na península, e ao Norte da lagoa, que lhes tomou o nome; os Charrúas em torno da lagoa Mirim até o golfo do R. da Prata; os Minuânos ao Poente dos derradeiros: os Tappes da Lagoa dos Patos até o [rio] Uruguay; os Guaycanans nos campos da Vaccaria, onde ainda aparecem às vezes. Dos primeiros não ha noticia, como se disse; os Charrúas retiraram-se para o centro do paiz; os Minuânos occupam as terras occidentaes dos Tappes do Ibicuhy para o Sul. Entre os Minuânos, e Charrúas ha sempre inimizade, e frequentes assaltos: ambas uzam de lança, frecha, e funda; e montam a cavallo. (AIRES DE CASAL, 1817, p. 141)

Por curiosidade, recorremos a uma obra de referência do período, a fim de identificar com mais clareza a utilização deste vocábulo. Todavia, o Vocabulário Português e Latino do padre Raphael Bluteau (1712-1721)⁸ não traz uma definição para o termo zoologia. A partícula zoo aparece mencionada três vezes na referida obra, remetendo a descrição de um espécime de “cavalo marinho” (hipopótamo). Mas não há engano: a intenção de Aires de Casal foi mesmo a de equiparar as populações ameríndias do Continente a “animais irracionais”. Isso fica claro pela continuação da mesma seção do texto, onde ele passa a descrever a fauna original da região, bem como as espécies domésticas criadas nas fazendas locais:

Entr'outras especies de quadrupedes selvaticos ha antas, veados, onças, macacos, pacas, coelhos, quatys, cutias, tatús, alias armadillos, jaraticácas, às quaes os Castelhanos (, e á sua imitação também muitos Portuguezes) chamam zorrillos; porcos, rapozas (...) jaguaraticas, guarás, guaraxains (...). Em nenhuma outra provincia se cria tão prodigioza quantidade de gado vaccum, cavalari, e muar. (AIRES DE CASAL, 1817, p. 141-142)

É nesta altura do texto que a operação de inversão se torna mais evidente. Se para Fernandes Pinheiro os indígenas do Rio Grande eram semelhantes aos bárbaros que assolavam as fronteiras da Grécia de Heródoto (por comparação com a obra de Hartog), para Aires de Casal estes eram reduzidos a silvícolas, sendo comparados às espécies da fauna local.

Interessante notar que, embora seja possível notar a inversão operada por Aires de Casal ao descrever estas populações, o autor trai certa ambiguidade no trato destas gentes em seu discurso. Isso pode ser notado na forma como introduz o assunto logo após intitular sua seção como “Zoologia”: o autor utiliza o termo “nações” para descrever os agrupamentos indígenas descritos no texto, dando a entender que, embora selvagens, estes possuíam um nível de organização que remete a uma noção política reconhecida do mundo do autor. O termo também é utilizado por Fernandes Pinheiro ao descrever as “Nações (...) Tapes e Minuanos”, denotando neste discurso ambíguo que havia algum reconhecimento das sociabilidades daquelas gentes, ainda que limitado e frequentemente ofuscado em outras partes dos textos.

Ao discutir o uso do conceito de nação na crônica lusitana setecentista, Maldini já chamava atenção para um uso ambíguo e polissêmico que este termo poderia adotar, remetendo possivelmente à sentidos remanescentes do período do medieval:

⁸ O dicionário do padre Raphael Bluteau é uma das principais obras de referências da lexicografia do período, tendo sido consultado em sua versão virtual, organizada e publicada pelo projeto Corpus Lexicográfico do Português, da Universidade do Aveiro.

Na crônica oficial lusitana e mesmo nos relatos dos viajantes do século XVIII, dificilmente aparece a palavra "tribo" para designar as sociedades indígenas. São chamadas nações e, em alguns casos, confederados. Mas existia uma nítida diferença entre as "nações" bárbaras e mansas. Muito provavelmente, na sua essência, trata-se de uma concepção medieval: [...] o estado selvagem não se opõe à cultura já que há naturezas boas e más. [...] O "homem selvagem" não é o simples hóspede da floresta, mas o seu senhor, porque exerce o seu domínio sobre o mundo selvagem. [...] A floresta contrapõe-se à sociedade organizada, mas não é a sua negação. (MALDI, 1997, p. 199)

Nesse sentido, indica a autora, a recusa à catequese seria o fator principal para diferenciar a natureza dessas "nações" como "mansas" (aliadas) ou "bárbaras (selvagens), mas também a existência de associações políticas com os povos cristãos, o que por sua vez servia como justificativa para a admissibilidade da chamada "guerra justa" na colonização lusitana (MALDI, 1997, p. 201). Em outras palavras, tais definições pareciam refletir uma tentativa de classificação sobre estes povos, de acordo com a postura que estes adotavam frente ao avanço da colonização europeia – de submissão ou resistência –, e podem ter refletido ainda nas produções escritas no princípio o século XIX, em muito influenciadas pela crônica do período precedente. Nas palavras de Maldi, "diante de um espaço indefinido e indefinível, que abrigava uma humanidade igualmente sem parâmetros, a ação colonizadora partiu da sua negação para empreender o expansionismo" (MALDI, 1997, p. 202).

Segundo Hartog, a adoção de um discurso de negação da alteridade, recusando a própria essência do outro sujeito, tem a ver com uma operação de tradução que almeja uma universalidade, mas que ao mesmo tempo tenciona reduzir o mundo aos modos de representação do agente que realiza a tradução.

Num primeiro momento, levanta-se a diferença; num segundo momento, ela é "traduzida" ou "apreendida" (...) Além disso, o enunciado tem pretensões de universalidade: a inversão mede-se com relação ao resto do gênero humano. (...) O princípio da inversão é, portanto, uma maneira de transcrever a alteridade, tornando-a fácil de apreender no mundo em que se conta (trata-se da mesma coisa, embora invertida). Entretanto, pode funcionar também como um princípio heurístico, permitindo compreender, considerar, dar sentido a uma alteridade que, sem isso, permaneceria completamente opaca. A inversão é uma ficção que faz "ver" e que faz compreender: trata-se de uma das figuras que concorrem para a elaboração de uma representação do mundo. (HARTOG, 1999, p. 230-231)

Desta forma, podemos notar que a retórica adotada por Fernandes Pinheiro e Aires de Casal reforçava uma visão de mundo dividida, que contrapunha àquelas gentes, afastando as populações originais do Continente da visão de mundo homogeneizante construída a partir de uma perspectiva eurocêntrica dos autores dos Annaes e da Corografia. Por outro lado, e mantendo uma unidade de coerência com a afirmação anterior, entendemos que seu discurso concorria para a legitimação da posse daquele território, destacando o homem branco, português, como protagonista no processo de formação do território e do povo brasileiro, e relegando às populações ameríndias (e negras, por extensão, em que pese estas mal serem mencionadas nos trechos analisados) a uma posição de coadjuvantes nesse processo.

Considerações finais

A leitura das duas obras permite-nos propor a hipótese inicial de que a proliferação de escritos de cunho "histórico" ou "histórico-geográfico" no primeiro quartel do século XIX respondeu a um processo que vinha sendo gestado em um período de intensas mudanças naquilo que viríamos a entender como Brasil, de modo que aqueles textos buscavam contribuir para a construção de uma unidade, seja territorial, seja social, daqueles amplos espaços "selvagens", em boa parte ainda ermos e desabitados – leia-se, fora do alcance da colonização europeia. Assim, Fernandes Pinheiro e Aires de Casal buscaram construir uma retórica que legitimava a ocupação daquele espaço pelo

Império Luso (que logo daria lugar, em outro escritos, ao novo Império do Brasil), ao mesmo tempo que se empenharam em garantir que o homem branco cristão (e português, mais especificamente) fosse alçado ao posto de herói e protagonista da história. Seja ao descrever as extensas plagas deste “abençoado paiz” e a forma como foram valentemente conquistadas por seus compatriotas, seja ao desconstruir a imagem dos adversários, negando-lhe sua agência histórica e, por vezes, sua própria identidade, o que percebemos nestas obras não foge ao padrão do que podemos perceber para outros escritos daquele período.

A retórica que presidia essa construção, contudo, apresentava diferenças perceptíveis, especialmente quando observamos como eram construídas as representações do espaço rio-grandense, em contraste com as descrições das gentes que o habitavam. Ao apresentar as vastas paisagens do Continente de São Pedro, os autores da Corografia e dos Annaes eram, para além de elogiosos, muitas vezes propensos a representá-los como um cenário familiar, próximo das pradarias e campinas europeias. Essa ausência de uma diferenciação expressiva entre os cenários de lá e de cá, a nosso ver, contribuía para reforçar uma pretensa naturalidade com que estes autores buscavam instituir a legitimidade política do domínio europeu sobre estas terras, idealizando uma ideia de pertencimento, como se aqui pudessem se sentir “em casa”.

Por outro lado, notamos que a representação das gentes que compartilharam aquele espaço e tempo foi fortemente marcada por processos de construção de uma alteridade que opunha a concepção que os autores faziam de si e dos seus em relação a um outro imaginado como, muitas vezes, antagonico. Apreender esse outro, aceitar as marcas que o individualizavam, dando sentido à sua existência, compreender suas diferenças como parte indissociável do que os fazia humanos: eis um desafio em grande parte não superado até hoje. Que dizer por aqueles homens que escreviam nossa história há duzentos anos atrás, ainda imbuídos da crença de que levavam a civilização, o progresso e a salvação cristã aonde quer que fossem.

José Fernandes Pinheiro e Manoel Aires de Casal foram, sem dúvida, homens de seu tempo, nem à frente, nem atrás. Escreveram suas histórias a partir de uma visão de mundo compartilhada em grande parte pelos seus contemporâneos, e viram nas populações que já viviam por estas bandas antes da chegada dos europeus uma diferença tão extrema que não foram capazes de compreender, ou de aceitar. Como solução, diante da necessidade de encerrar o mundo dentro de uma chave de leitura que lhes fizesse sentido, reduziram a diferença a uma antítese irreconciliável: o outro deixava de existir para dar lugar a um bárbaro, ou a uma fera. E assim, os bravos homens que edificaram esta terra poderiam seguir, em paz, com sua missão de criar um novo mundo...

Referências

AIRES DE CASAL, Manuel. Província do Rio Grande do Sul, ou de São Pedro. *In: Corografia Brazilica*, ou Relação historico-geografica do Reino do Brazil. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1817. Disponível em: <https://is.gd/corografia>. Acesso em 31 mai. 2021.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. Formas de ler e aprender com a história no Brasil joanino. *Anais do XXV Simpósio Nacional de História*. Fortaleza: UFC/ANPUH, 2009, p. 1-9. Disponível em: <https://is.gd/IUNYan>. Acesso em 24 ago. 2021.

ARAÚJO, Valdei Lopes. Historiografia, nação e os regimes de autonomia na vida letrada no Império do Brasil. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 31, n. 56, p. 365-400, mai.-ago. 205. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-87752015000200004>. Acesso em 24 ago. 2021.

DUARTE, Eduardo. Biografia do Visconde de São Leopoldo. In: INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Acervo Visconde de São Leopoldo*. Porto Alegre: IHGRGS, 2009 [1947] (Recurso Eletrônico). Disponível em: https://ihgrgs.org.br/arquivo/cd_visconde_saoleo/CD/indice.htm. Acesso em 31 mai. 2021.

HARTOG, François. *O espelho de Heródoto*. Ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

KUHN, Fábio. José Feliciano Fernandes Pinheiro e os Anais da Província de São Pedro. In: INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Acervo Visconde de São Leopoldo*. Porto Alegre: IHGRGS, 2009 (Recurso Eletrônico). Disponível em: https://ihgrgs.org.br/arquivo/cd_visconde_saoleo/CD/indice.htm. Acesso em 31 mai. 2021.

MALDI, Denise. De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígenas nos séculos XVIII e XIX. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 183-221, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-77011997000200006>. Acesso em 24 ago. 2021.

MEDEIROS, Bruno Franco; ARAÚJO, Valdeci Lopes. A história de Minas como história do Brasil. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, n. 23, p. 24-37, 2007. Disponível em: <http://www.repositorio.ufop.br/jspui/handle/123456789/3384>. Acesso em 24 ago. 2021.

OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PANTOJA, Gustavo Adolfo de Aguilar et. al. Juízo sobre os "Annaes da provincia de São Pedro" publicados por José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. I, n. 4, p. 255-260, 1839. Disponível em: <https://is.gd/rihgbv1>. Acesso em 31 mai. 2021.

PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. *Annaes da Província de São Pedro*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1819. Disponível em: <https://is.gd/annaes>. Acesso em 31 mai. 2021.

PRADO JÚNIOR, Caio. A evolução da Geografia e a posição de Aires de Casal. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, v. 19, p. 71-97, 1955. Disponível em: <https://is.gd/pradojr>. Acesso em 31 mai. 2021.

MOREIRA, Ruy. *O pensamento geográfico brasileiro*. Vol. 1: As matrizes clássicas originárias. São Paulo: Contexto, 2008.

UNIVERSIDADE DE AVEIRO/UNIVERSIDADE DE LISBOA. *Corpus Lexicográfico Português*. Verbete: Zoo. Disponível em: <http://clp.dlc.ua.pt/DIClweb/default.asp?url=Concordancias>. Acesso em 31 mai. 2021.

Notas de autoria

Israel da Silva Aquino é licenciado e mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da mesma Universidade. Membro do Grupo de Pesquisa CNPq/SARAS – Sociedades de Antigo Regime no Atlântico Sul. E-mail: israel.aquino@ufrgs.br.

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

AQUINO, Israel da Silva. Representações sócio-históricas da alteridade em escritos corográficos do século XIX. *Saeculum – Revista de História*, v. 26, n. 45, p. 23-36, 2021.

Contribuição de autoria

Não se aplica.

Financiamento

Não se aplica.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica.

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica.

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 26/05/2021.

Modificações solicitadas em 13/08/2021.

Aprovado em 13/09/2021.